

15 MEDIDAS IMEDIATAS PARA UMA ECONOMIA DECENTE

O Governo apresentou no dia 8 de Março o resumo das medidas que incluirá no Programa de Estabilidade e Crescimento e que estarão em vigor até 2013. Este Memorando resume as respostas do Bloco de Esquerda e as suas alternativas.

Demonstramos que é possível cortar muito mais na despesa no ano de 2010, tendo como objectivo imediato reduzir o défice já este ano em valores muito superiores ao previsto pelo Governo e promover simultaneamente uma política de recuperação para a criação de emprego. Essas medidas de corte no desperdício e de justiça fiscal tornam o Estado mais responsável e mais fiável, e dão-lhe capacidade para políticas de investimento e de gastos sociais que respondem à recessão.

1. OS OBJECTIVOS DO PEC NÃO RESPONDEM À CRISE ESTRUTURAL DO PAÍS E AGRAVAM AS DIFICULDADES

O cenário macroeconómico é anunciado pelo Governo como prudente, prevendo variações anuais do PIB de 0,9%, 1,3% e 1,7%. Mas se estes são os objectivos, são insuficientes para responder à crise do país. Os resultados previstos pelo Governo são desastrosos:

1. A pior performance da União Europeia prevista para este período,
2. que obtém como resultado, ainda segundo o Governo, a redução do desemprego em somente 25 mil pessoas em 4 anos.

Por outras palavras, o resultado desta política é tornar permanente o record histórico do desemprego. O Governo decide ainda terminar as medidas provisórias anti-crise, cujo impacto foi reduzido e cuja utilização foi de cerca de metade do que estava orçamentado.

Ora, a política económica não pode desistir de promover o investimento estratégico para a recuperação contra a crise. Por isso, este é o momento de estimular a economia e de não aceitar políticas recessivas, como a que o PEC anuncia.

Resposta do Bloco de Esquerda, primeira medida imediata: um programa de reorientação do investimento público para a criação de emprego na reabilitação de casas desocupadas e degradadas, com um investimento total de 5 mil milhões públicos e privados ao longo de 3 anos, para recuperar 200 mil casas e alterar as condições do mercado de habitação. Cria 60 mil postos de trabalho directos e tem um impacto de reanimação na economia de cerca de 4% do PIB.



2. A REDUÇÃO DO SALÁRIO REAL NÃO RESPONDE A NENHUMA DAS CAUSAS DA RECESSÃO NEM É UMA SOLUÇÃO

As duas chaves da proposta do Governo para a redução da despesa são a diminuição dos salários e outras despesas com pessoal na Função Pública, incluindo a aceleração do aumento da idade da reforma para os trabalhadores do Estado, e ainda a redução do investimento público. Ambas as soluções padecem de um defeito comum: não se dirigem a resolver as causas da recessão. Não reduzem a instabilidade financeira, não diminuem o risco sistémico, não obrigam à devolução de rendimentos obtidos ilegalmente ou injustificadamente. Pelo contrário, acentuam a distorção da economia e reduzem a procura, prolongando efeitos recessivos, além de procederem a uma transferência suplementar de rendimento do trabalho para o capital.

Em particular, a redução de salários no Estado tem duas consequências erradas. Em primeiro lugar, é uma medida cega que atinge um importante sector da população que inclui muitos trabalhadores com salários médios e baixos. O resultado das sucessivas políticas de congelamento de salário nominal é, ao longo de uma década, a perda de um mês de salário por ano.

Resposta do Bloco de Esquerda, segunda medida imediata: em 2010 como nos anos seguintes, um aumento real em valor fixo para todos os que têm salários menores na função pública, recuperando assim o valor dos salários inferiores (um aumento limitado e igual para todos os funcionários que recebam menos de 1000 euros).

Em segundo lugar, a regra de entrada de 1 trabalhador por cada 2 saídas é também errada, como se pode verificar na contratação de pessoal qualificado para o Serviço Nacional de Saúde.

Resposta do Bloco de Esquerda, terceira medida imediata: na Saúde, a regra de 1 para 2 não se pode aplicar. Pelo contrário, esta regra tem vindo a aumentar significativamente os custos, com a subcontratação que degrada a qualidade dos serviços.

3. A REDUÇÃO CEGA DAS DESPESAS SOCIAIS AGRAVA A INJUSTIÇA E A POBREZA

O governo propõe a redução do valor real das prestações não contributivas, reduzindo ainda o universo dos beneficiários. Propõe-se alterar o subsídio de desemprego, reduzindo-o progressivamente ao longo do período do desemprego, apesar de cerca de metade dos desempregados não beneficiar actualmente de qualquer apoio. Ora, não é reduzindo o subsídio de desemprego que se consegue dar emprego a quem o procura e não o consegue.

Resposta do Bloco de Esquerda, quarta medida concreta: durante o ano de 2010, o acesso ao subsídio de desemprego deve ser aumentado e não diminuído.

A redução das comparticipações em medicamentos e apoios escolares terá um risco de agravamento da injustiça. E não é a forma eficiente de controlar os gastos públicos. Pelo contrário: se o acesso às prestações sociais deve ser rigorosamente verificado, e se as despesas sociais devem ser ajustadas, faltam as medidas que garantam esse resultado.

Resposta do Bloco de Esquerda, quinta medida imediata: em vez de reduzir a comparticipação em medicamentos, a forma mais eficiente de poupar recursos é a separação entre pú-



blico e privado na medicina e a criação de uma carreira exclusiva no SNS, o que conduz por exemplo a evitar a sobreprescrição de testes clínicos e do uso de meios tecnológicos. O custo de adaptação do sistema terá importantes efeitos de médio prazo em reduções de despesa e aumento da qualidade do SNS.

4. DESPESA DE CONSUMO INTERMÉDIO

Propõe o Governo definir um tecto para despesas com outsourcing, embora esse valor não seja conhecido. O Bloco propõe objectivos concretos.

Resposta do Bloco de Esquerda, sexta medida imediata: limitar a consultadoria jurídica externa aos casos de absoluta inadequação dos meios próprios do Estado, pela especificidade dos pareceres requeridos. Assim, a redução da despesa deve aproximar-se de 189 milhões de euros.

O Governo propõe ainda a redução em 40% das dotações previstas na Lei de Programação Militar. Mas não é explícito a que se refere este valor: se a contratos em pagamento, se a futuras despesas ainda não autorizadas mas planeadas a longo prazo.

Resposta do Bloco de Esquerda, sétima medida imediata: os problemas da despesa são os contratos já estabelecidos. Considerando que os preços foram aumentados em função da existência de contrapartidas de 3 mil milhões nos contratos em curso, e que essas contrapartidas estão por realizar a 70%, existe fundamento para renegociar os valores e ainda os prazos de tais contratos.

5. DESPESAS DE CAPITAL E INVESTIMENTO PÚBLICO

O Governo propõe a não assumpção de novos compromissos rodoviários e o adiamento de duas das linhas de TGV. Esse adiamento pode ser útil se permitir tornar mais coerente a política ferroviária, em particular na reabilitação de redes fundamentais, mas o peso da despesa mais importante está nos compromissos de longo prazo com as parcerias público-privado.

Resposta do Bloco de Esquerda, oitava medida imediata: é necessário renegociar as parcerias público-privado para definir um plano de compromisso financeiro do Estado que reduza a sua despesa e a sua exposição o risco, e a transfira para os privados, que devem aceitar uma menor taxa interna de rentabilidade das suas operações. A redução do défice até 2013 perde sentido se se mantiver o compromisso de 48 mil milhões em PPP nas próximas décadas.

6. REDUÇÃO DA DESPESA FISCAL E REFORÇO DE RECEITA

A primeira medida proposta pelo Governo é a tributação das mais-valias mobiliárias, mas recusa que esta medida seja aplicada em 2010. Ora, em 2009 a Bolsa portuguesa valorizou-se 30% e quem disso tenha beneficiado e mantido os títulos durante pelo menos um ano não terá que pagar qualquer imposto sobre o rendimento.



Resposta do Bloco de Esquerda, nona medida imediata: Tributar desde 2010 as mais-valias mobiliárias a 20%, segundo a norma corrente na União.

A segunda proposta do Governo é a criação de um limite aos benefícios fiscais acumulados. Essa regra permite uma recuperação de despesa fiscal, que pode ser discriminada por escalões de rendimento, mas nada modifica quanto à estrutura dos benefícios e à sua injustiça.

Resposta do Bloco de Esquerda, décima medida imediata: anular os benefícios fiscais injustificados e que provoquem maior despesa, como por exemplo o pagamento de seguros privados de saúde ou outros, ou a despesa com taxas especiais ou liberatórias, e simplificar o sistema para melhorar a progressividade por via da regra do englobamento, salvo nas exceções de benefícios indispensáveis em saúde, educação ou para portadores de deficiência (valor a recuperar: 350 milhões).

O Governo propõe ainda uma taxa de 45% para as cerca de 30 mil pessoas que receberão mais de 150 mil euros. Propostas anteriores de criação desse patamar fiscal, embora com uma fasquia inferior, foram sempre recusadas pelo PS, que agora muda de posição. Mas destas propostas está totalmente ausente uma estratégia de combate à evasão gigantesca em IRC e IRS (12 mil milhões de euros foram transferidos para offshores em 2009, uma parte sem pagar imposto). Esta é a questão fundamental do sistema fiscal.

Resposta do Bloco de Esquerda, décima primeira medida imediata: uma taxa de 25% para todas as transferências para offshore, a partir do registo obrigatório de todos os movimentos transfronteiriços de capitais (valor a recuperar, o imposto não pago pela parte dos 12 mil milhões de euros transferidos e que seja evasão fiscal).

Resposta do Bloco de Esquerda, décima segunda medida imediata: novo regime restritivo de provisões dedutíveis e de mínimo obrigatório de IRC, para elevar o pagamento de IRC pelo sistema financeiro (valor a recuperar: 500 milhões).

Resposta do Bloco de Esquerda, décima terceira medida imediata: tributação em IRS de prémios extraordinários de gestores e administradores a 50%, considerando que o Governo só propõe a tributação em IRC desses prémios e a aplica em condições absolutamente inexequíveis (valor a recuperar: 30 milhões).

7. PRIVATIZAÇÕES

O programa de privatizações proposto pelo Governo reduz a presença pública nos transportes, anula-a na energia, reduz a acção da CGD retirando-lhe os seguros, vende os CTT e outros bens estratégicos. Mas o resultado é economicamente desastroso: a redução de cerca de 200 milhões de pagamentos de juros da dívida pública corresponde aproximadamente aos dividendos pagos ao Estado pela EDP e às receitas dos CTT no ano passado. Uma boa política económica não dá com uma mão para tirar com outra: as privatizações das empresas estratégicas lucrativas implicam maior dívida e maior pagamento de impostos no futuro.

Estas privatizações são economicamente prejudiciais. Mas são também socialmente prejudiciais, porque os CTT organizam uma rede de serviços que garante a coesão territorial e o acesso



mínimo de todos os cidadãos ao serviço de comunicações. A sua privatização é uma ameaça contra as populações do interior.

O argumento do Governo sobre a obrigação de privatizar os CTT é um insulto ao país, e não decorre de qualquer regra europeia, ao contrário do que é alegado. Na União, só 5 países privatizaram os Correios. O Reino Unido recuou nessa intenção, depois de a Suécia ter privatizado e logo renacionalizado os Correios, para combater o descalabro dos serviços. E mesmo a economia mais liberal, como a dos Estados Unidos, tem um serviço de correios que é monopólio público, como acontece com o Canadá.

Estas privatizações são ainda um ataque à Caixa Geral de Depósitos, que nenhum Governo se tinha atrevido a realizar, ao vender o seu sector de seguros.

Assim, as privatizações transformam monopólios públicos em monopólios privados. Garantem uma renda a empresas que não investem na economia privada. Degradam o serviço público e a democracia. Devem ser recusadas.

Resposta do Bloco de Esquerda, décima quarta medida imediata: manter no controlo público os sectores da economia em que existem monopólios naturais, ou que tenham uma função estratégica (energia, seguros, transportes) ou social fundamental (CTT).

8. FINALMENTE, FALTA NO PEC UMA ESTRATÉGIA DE AJUSTAMENTO ORÇAMENTAL A LONGO PRAZO

Apesar de ser um documento de médio prazo, o PEC não inclui, na versão conhecida, uma resposta às condições futuras do ajustamento orçamental. Nem inclui qualquer objectivo ambicioso para a redução do desperdício

Resposta do Bloco de Esquerda, décima quinta medida: o Orçamento para 2011 deve incluir as propostas concretas que resultem de um inventário e auditoria das despesas e funcionamento do Estado, registando o excesso ou o défice nos seus serviços, e conduzindo assim a maior eficiência na distribuição de recursos como a maior exigência na fixação de objectivos.

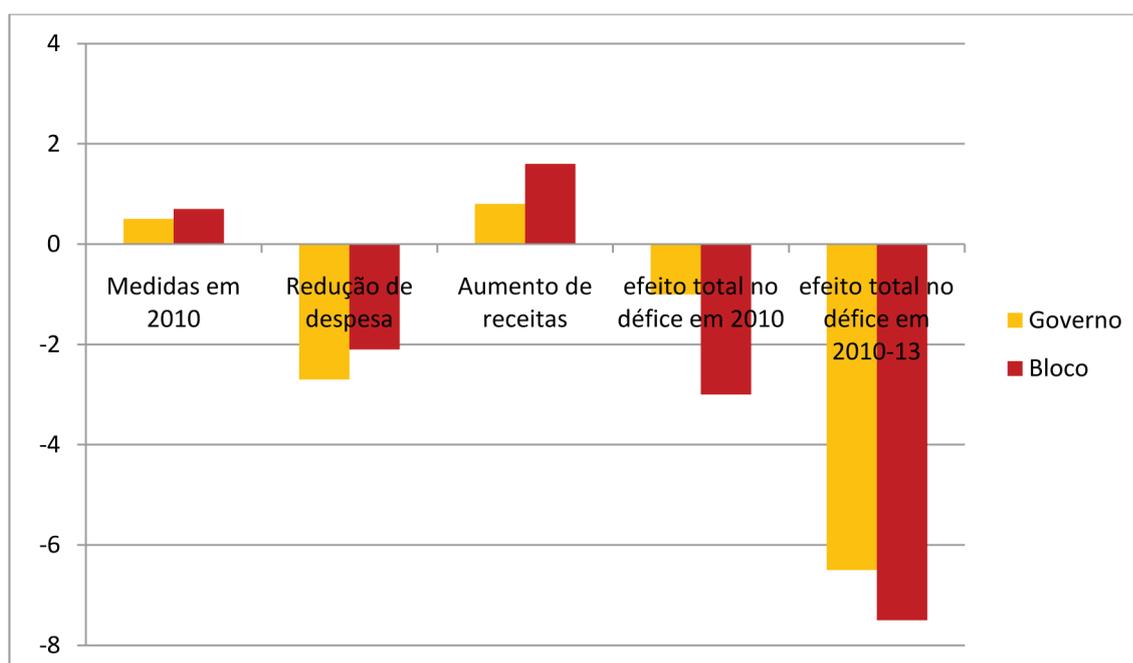


ANEXO 01

IMPACTOS ORÇAMENTAIS DAS MEDIDAS PROPOSTAS PELO BLOCO DE ESQUERDA (IMPACTOS SOBRE O DÉFICE, EM % DO PIB)

	PEC do Governo	Proposta do BE
Redução de Despesa PEC	-2,7%	-2,1%
<i>Para comparação: OE 2010, despesa com políticas anti-recessivas</i>	0,5%	0,7% (medidas 1,2,4)
Aumento de Receita PEC	0,8%	1,6% (medidas 9,10,11,12,13)
Efeito PEC de estabilizadores automáticos	2%	2,5% (medida 1)
<i>Para comparação: efeito total do OE 2010 no déficit 2010</i>	1%	3%
Efeito total no déficit no período PEC (2011-13)	5,5%	6,5%

EFEITOS COMPARADOS DAS POLÍTICAS PROPOSTAS PELO GOVERNO E PELO BLOCO DE ESQUERDA



ANEXO 02

RAZÕES PARA REJEITAR A PRIVATIZAÇÃO DOS CTT

A liberalização em Portugal existe no correio Expresso (sempre existiu), nas encomendas e na correspondência com mais de 50 gramas. Abaixo de 20 gramas (a esmagadora maioria da correspondência) há monopólio público.

Há três razões para recusar a privatização:

- 1) a equidade territorial,
- 2) o acesso igualitário a um serviço público
- 3) a racionalidade económica: se os privados entrarem nesse mercado, podem escolher ficar apenas com as zonas onde a rentabilidade do serviço e da actividade para-bancária das estações é maior (como as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa), abandonando portanto as zonas que dão prejuízo.





ANEXO 03

PRIVATIZAÇÕES

	CAPITAL SOCIAL	VALOR NOMINAL	Dividendos (milhares) - valores entregues ao Tesouro em cada ano			Resultado Líquido		participação	Valor de Venda (Imprensa)
			2007	2008	2009	2008	2009		
Águas de Portugal	2009 434.500.000,00	38.331.410,00	0	0	825	62976m	49161841 (SET09)	8,82% + 9,7 pela CGD	
GRUPO ANA						30100,2m		100%	
ANA S.A.	200.000.000,00	62.889.520,00	11800	6090	5537	44025,2m		31%	
CTT	87.325.000,00	87.325.000,00	19819	46556	37218	58,2M	31,21M(19SEM)	100%	
CAIXA SEGUROS						13959m			350M (30%)
GALP ENERGIA	829251		10091	0	0	568M	260M (9 meses)	detida em 1,2 pela CGD e 7% pelo Estado	750 M
EDP	3656538					1092M	1024M	detida em 5,2 pela CGD + 11,17% ESTADO	2000M
REN	534000		0	0	15521		134M	detida em 51,1% pelo Estado (CGD + Parpublica)	800M
grupo CGD	4.500.000.000,00	4.500.000.000,00	208000	272000	240000	459M	278,9M	GRUPO	
EFACEC	763.470,00	38.173,50				24,1M		5%	
IPE MACAU	87.493,70	87.493,70						100%	
LISNAVE	5.000.000,00	148.330,00	59	166	285	15321m	14930m	2,97% ESTADO	
SIMAB	21.145.883,48	21.145.883,48						100%	
Sociedade Águas da Curia	2.000.000,00	160						0,01	
ZON	3.090.968,30	0,71			45,5M (TOTAL para todos os accionistas)	47,9M	44M	11,71% CGD	
INAPA			0	0	0	(-96M)			
INAPA GRUPO			0	0	0	1007		32,70%	32M
Hidroelectrica de cahora bassa								15%	